

## **Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em universitários de uma instituição pública de Parnaíba**

Prevalence of sexually transmitted infections in university students at a public institution in Parnaíba

Prevalencia de infecciones de transmisión sexual en estudiantes universitarios de una institución pública de Parnaíba

Recebido: 15/06/2021 | Revisado: 19/06/2021 | Aceito: 20/06/2021 | Publicado: 05/07/2021

**Guilherme Pertinni de Moraes Gouveia**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6470-2341>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [gpfatufpi@gmail.com](mailto:gpfatufpi@gmail.com)

**Lohanna dos Reis Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7796-4102>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [lohannadosreis@gmail.com](mailto:lohannadosreis@gmail.com)

**Luana Sousa Brito de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3549-5923>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [luanabrto@gmail.com](mailto:luanabrto@gmail.com)

**Shacha de Brito Veras Brejal Pereira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9743-9770>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [shachabrejal@gmail.com](mailto:shachabrejal@gmail.com)

### **Resumo**

**Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em universitários de uma instituição pública de Parnaíba. **Métodos:** A pesquisa tratou-se de um estudo descritivo do tipo transversal e inferencial de abordagem quantitativa realizado no período de maio de 2020 a fevereiro de 2021, por meio da ferramenta online Google Forms. Contou com uma amostra de 286 voluntários na faixa etária de 18 a 38 anos. Para análise dos dados utilizou-se uma estatística descritiva e teste Qui-quadrado. **Resultados:** Os resultados demonstraram que a prevalência de IST nos últimos 12 meses foi de 33,2%, tendo 3,8% destes ocorridos durante o período da pesquisa, e apenas 14,0% procuraram atendimento de saúde. Somente 33,2% relataram que quase sempre usam preservativo. Sobre educação sexual, 65% referiram contato com a temática. Porém, não foi decisivo na prevenção às IST, que das mencionadas, as mais comuns foram candidíase, sífilis, HPV e gonorreia. **Conclusão:** Os percentuais encontrados neste estudo apontam uma moderada prevalência de IST na população jovem em estudo, bem como, apontam para uma proteção àqueles que fazem uso de preservativo durante o sexo vaginal e oral.

**Palavras-chave:** Infecções sexualmente transmissíveis; Universitários; Educação sexual; Educação em saúde.

### **Abstract:**

**Aim:** This study aimed to analyze the prevalence of Sexually Transmitted Infections (STI) in university students of a public institution in Parnaíba. **Methods:** The research was a descriptive, cross-sectional and inferential study with a quantitative approach carried out from May 2020 to February 2021, using the online tool Google Forms. It had a sample of 286 volunteers aged between 18 and 38 years. For data analysis, descriptive statistics and the Chi-square test were used. **Results:** The results showed that the prevalence of STIs in the last 12 months was 33.2%, with 3.8% of these occurring during the research period, and only 14.0% sought health care. Only 33.2% reported that they almost always use a condom. About sexual education, 65% mentioned contact with the subject. However, it was not decisive in preventing STIs, which of the mentioned, the most common were candidiasis, syphilis, HPV and gonorrhea. **Conclusion:** The percentages found in this study show a moderate prevalence of STIs in the young population under study, as well as a protection for those who use condoms during vaginal and oral sex.

**Keywords:** Sexually transmitted infections; College students; Sex education; Health education.

## Resumen

**Objetivo:** Este estudio tuvo como objetivo analizar la prevalencia de Infecciones de Transmisión Sexual (ITS) en estudiantes universitarios de una institución pública de Parnaíba. **Métodos:** La investigación fue un estudio descriptivo, transversal e inferencial con enfoque cuantitativo realizado desde mayo de 2020 hasta febrero de 2021, utilizando la herramienta online Google Forms. Se contó con una muestra de 286 voluntarios con edades comprendidas entre los 18 y los 38 años. Para el análisis de los datos se utilizó estadística descriptiva y la prueba de Chi-cuadrado. **Resultados:** Los resultados mostraron que la prevalencia de ITS en los últimos 12 meses fue de 33,2%, con un 3,8% de estas ocurriendo durante el período de investigación y solo un 14,0% buscó atención médica. Solo el 33,2% informó que casi siempre usa condón. Sobre educación sexual, el 65% mencionó el contacto con el tema. Sin embargo, no fue determinante en la prevención de las ITS, cuáles de las mencionadas, las más comunes fueron la candidiasis, la sífilis, el VPH y la gonorrea. **Conclusión:** Los porcentajes encontrados en este estudio indican una prevalencia moderada de ITS en la población joven en estudio, así como una protección para quienes usan condón durante el sexo vaginal y oral.

**Palabras clave:** Infecciones de transmisión sexual; Estudiantes universitarios; educación sexual; Educación para la salud.

## 1. Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são atualmente problemas de saúde pública, como já considerava a OMS em 2001, apresentando uma incidência de 340 milhões de casos novos por ano (Brasil, 2006). Mais de um milhão de novos casos de IST, entre indivíduos de 15 a 49 anos, são notificados por dia, dentre as mais comuns estão a tricomoníase com 156 milhões, seguida por 127 milhões de novos casos de clamídia, 87 milhões de casos de gonorreia e 6,3 milhões de sífilis (OMS, 2016). Apesar da faixa etária nestas pesquisas ser no público de adultos jovens, ainda não se sabe ao certo a prevalência deste tipo de enfermidade quando se pensa em universitários, de tal forma que julgou-se necessário quantificar os casos nesta população, visando medidas preventivas e de promoção à saúde, bem como, despertar na comunidade acadêmica interesse sobre o referido assunto, gerando também, maior fomento à comunidade científica.

Quando se fala de um público alvo é importante relacionar contextos em comum, tais como comportamento, idade e ambientes de convívio. O comportamento sexual dos jovens é questionado no mundo todo, levantando temas como uso de proteção e conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis. Sobre o comportamento, vários estudos têm revelado que os jovens iniciam sua atividade sexual cada vez mais precocemente, parecendo associar-se à existência de múltiplos parceiros sexuais, elevadas taxas de IST e de perturbações emocionais, maior precocidade do consumo de álcool, tabaco e drogas, maiores taxas de aborto, complicações durante a gravidez e de partos pré-termo (Miranda et al., 2018).

Há ainda, estudos que apontam que a precocidade, cada vez mais observada no início das relações sexuais, muitas vezes é fruto de atitudes impulsivas, e esse comportamento geralmente se associa com a ausência de informações sobre o funcionamento do próprio corpo, sobre os métodos anticoncepcionais e sobre o uso correto desses métodos (Soares et al., 2015).

Consequentemente, ao analisar comportamento, deve-se atentar também à educação sexual destes jovens, já que é garantido ao público adolescente, dentro dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, reconhecer a importância da aceitação de suas individualidades e autonomia, os estimulando a serem responsáveis por suas questões de saúde. Leis e documentos reconhecidos nacional e internacionalmente deixam claros os direitos de acesso à informação de qualidade e de oportunidades para o exercício e manutenção desses direitos do adolescente (Brasil, 2015).

Tais direitos são assegurados e preconizados pelo ministério da saúde e pela organização mundial da saúde, mas é sabido que este tema ainda é considerado um tabu em nossa sociedade atual, e isto influencia consideravelmente as vidas de jovens adultos, pois quando se fala de educação sexual, não se fala somente daquela educação do ensino fundamental, voltada ao conhecimento do corpo em transição na famosa puberdade, é discutido também educação sexual emancipatória, como

descrita por Furlani, na qual a educação sexual emancipatória busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões (Furlani, 2017).

Além destas variáveis discutidas, há também que se considerar o convívio destes jovens em sociedade, e para tal, é necessário entender os aspectos ambientais que os influenciam. E, dentre esses ambientes, torna-se interessante conhecer o meio universitário, já que há cerca de oito milhões de universitários no Brasil (Brasil, 2018). Nas Universidades, o comportamento dos jovens é construído, muitas vezes, com base no que eles trazem ainda do ensino médio, da adolescência; é resultado das mudanças sociais e psicológicas desse processo de amadurecimento, e há em muitos a euforia de passar por novas experiências.

Experiências essas que por diversas vezes envolvem abuso de álcool e outras drogas, lícitas e ilícitas, que acabam por influenciar, também, atitudes sexuais irresponsáveis e inconsequentes, como é descrito no estudo feito por Fonte et al, no qual aponta em seus resultados que o uso de substâncias psicoativas (SPA) entre os jovens das universidades é mais comum que entre a população em geral, e esse consumo pode aumentar o risco de vivenciar situações de exposição, como sexo desprotegido (Fonte et al., 2018).

Não obstante desta realidade, a cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, vivencia uma fase de mudança demográfica, tendo sido considerada em 2012 como a cidade no Brasil que mais cresceu, tendo como Produto Interno Bruto (PIB) de 947,088 milhões de reais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012). Assim, crescendo mais a cada ano, se torna possível a instalação de novos pólos de faculdades que trazem cada vez mais jovens, o que conseqüentemente, configura Parnaíba como uma cidade universitária, aumentando proporcionalmente o risco de maiores números de infecções sexualmente transmissíveis.

Dado o contexto atual, surgiram questionamentos como: “com o elevado número de jovens em Parnaíba, qual a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis no público universitário?” e até mesmo: "Quais são as IST mais comuns entre este público?". Portanto, visto a escassez de informações acerca destes dados epidemiológicos, sobre a prevalência de IST em jovens universitários de Parnaíba-PI, surgiu a necessidade de realizar um estudo que englobasse tais variáveis e evidenciasse, de forma coesa, a amplitude desses agravamentos neste público. Sendo relevante tanto para o âmbito acadêmico quanto para o profissional, tendo em vista a proporção de dados que tal pesquisa pode gerar a ambos os meios, fornecendo assim mais informações a respeito de temas, até então, não difundidos na população de Parnaíba-PI.

## 2. Metodologia

Tendo em vista a evidente necessidade de se analisar a prevalência de IST entre jovens universitários, este trabalho tratou-se de um estudo descritivo do tipo transversal e inferencial de abordagem quantitativa, já que é um método de abordagem amplamente empregado, por conseguir traduzir opiniões e informações em números, facilitando o processo de análise, caracterizando a pesquisa como de campo (Provdanov & Freitas, 2013). A pesquisa foi realizada no período de maio de 2020 a fevereiro de 2021, por meio da ferramenta on-line Google Forms. Para cálculo amostral, utilizou-se o software GPower®, post hoc, obtendo 286 voluntários [Power (1 -  $\beta$  err prob = 96,1%);  $\alpha$  err prob = 0,05; effect size = 10%].

A pesquisa foi cadastrada e aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí sob o parecer número 4.122.076.

A amostra contemplou jovens universitários na faixa etária de 18 a 38 anos, regularmente matriculados, que concordaram em participar da pesquisa por meio de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Foram excluídos da pesquisa aqueles que solicitaram a sua retirada ou responderam incompletamente ao questionário (ausência de resposta superior a 3%).

Buscando qualificar a pesquisa e visando evitar viés para análise e seleção, os pesquisadores passaram por uma preparação para aplicar os instrumentos e métodos e executar as coletas.

Em seguida, os indivíduos aptos à pesquisa foram convidados a colaborar com o trabalho por meio da exposição dos objetivos, além da leitura e assinatura do TCLE. Se tratando de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, optou-se pela utilização de questionário como ferramenta de coleta, por possibilitar atingir um maior número de voluntários e, ainda, garantir o anonimato de suas respostas (Pereira et al., 2018). A coleta de dados se deu de forma on-line por meio da plataforma “Google Forms” na qual os voluntários responderam aos questionários diretamente de seus smartphones ou computadores. O questionário sociodemográfico era composto por itens a respeito das condições sociodemográficas dos participantes e busca a caracterização clínica da amostra.

Para avaliar a prevalência de ISTs nos universitários, na ausência de instrumentos validados na literatura, os autores produziram um questionário composto de vinte e um itens que abordam a atividade sexual, o uso de preservativo e a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis nos universitários e em suas parcerias. Foi realizado antes um estudo piloto para adequação das questões. Os dados foram digitados em um banco utilizando o programa Epi Info (versão 6.04d, Centers for Disease Control and Prevention, EUA). A análise dos dados foi realizada por meio do software SPSS (versão 21.0), sendo, inicialmente, utilizada uma estatística descritiva incluindo tabulações de acordo com as variáveis selecionadas. O teste Qui-quadrado foi utilizado para comparar as variáveis categóricas. Houve significância estatística quando o valor  $p < 0,05$ .

Foi garantido, aos participantes, sigilo absoluto sobre as informações oferecidas e anonimato, bem como o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Também não houve bônus nem ônus para os sujeitos e pesquisadores. Os dados obtidos foram utilizados em caráter estritamente científico, visando contribuir na formação e difusão do conhecimento científico.

### 3. Resultados

O estudo contemplou 286 voluntários, apesar do número expressivo, este ficou aquém do cálculo amostral devido ao período de pandemia e medidas de *lockdown*, interferindo nas aulas presenciais e, diretamente, na coleta dos dados.

Mesmo os questionários apresentando lacunas vazias (sem respostas), optou-se por manter todas as respostas, uma vez que a ausência de respostas foi inferior a 1,0%. Por este motivo, alguns dados nas tabelas apresentaram valores de  $n$  diferentes.

Em relação aos dados sociodemográficos, a média de idade dos universitários participantes do estudo foi 22 anos (18 – 38;  $\pm 2,8$  anos), com IMC médio de 24,08 Kg/m<sup>2</sup> (16,9 – 38,8,  $\pm 11,3$ ), estando, portanto, dentro do intervalo de peso normal. Destas, 99,7% eram de instituição pública, 61,2% eram do gênero feminino, 47,9% autodeclararam pardos, 58,7% relataram estar solteiros no momento do preenchimento do questionário. No tocante à composição familiar, 62,2% moram com os pais, destes 94,8% não têm filhos e, dentre os que relataram ter filhos, apresentaram média de dois. A renda familiar da população em estudo apresentou, na sua maioria, entre um e cinco salários mínimos (81,5%), estando classificada em Classe D e E. Em relação à ocupação, 89,2% eram apenas estudantes, quanto às demais, exercem uma outra profissão autônoma, ou estão desempregados (Tabela 1).

**Tabela 1:** Características socioeconômicas e demográficas dos voluntários do estudo. Parnaíba, PI, 2021.

Variáveis	N	%
<b>Gênero</b>		
Feminino	175	61,2
Masculino	109	38,2
Fluido	1	0,3
Ambos	1	0,3
<b>Cor da pele / etnia</b>		
Parda	137	47,9
Branca	103	36,1
Negra	31	10,8
Amarela	15	5,2
<b>Estado Civil</b>		
Solteira(o)	1668	58,7
Relacionamento sério	105	36,8
União estável	7	2,4
Casada(o)	6	2,1
<b>Composição familiar (mora com)</b>		
Pais	178	62,2
Sozinha(o) ou companheira(o)	95	33,2
Filhos e companheira(o)	5	1,8
Pais ou sozinha(o)	3	1,1
Pais e filhos	2	0,7
Filhos	2	0,7
Pais e companheira(o)	1	0,3
<b>Filhos</b>		
Não	271	94,8
Sim	15	5,2
<b>Renda familiar em SM*</b>		
Entre 1 e 5 SM	233	81,5
Entre 5 e 10 SM	35	12,2
Acima de 10 SM	7	2,4
Não sabe responder	6	2,1
Renda instável	5	1,8
<b>Ocupação</b>		
Estudante	255	89,2
Empregada(o)	21	7,3
Autônoma(o)	6	2,1
Desempregada(o)	4	1,4
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100</b>

Legenda: N – número de voluntários para cada observação (categoria); \*SM – salário mínimo. Fonte: Autores.

Quanto à orientação sexual, 75,5% dos voluntários se declararam heterossexual, sendo 82,2% dos entrevistados com vida sexual ativa, iniciada entre uma e cinco anos atrás (54%). Já em relação à parceria, 50,2% relataram não ter parceiro fixo, tendo mais de um parceiro (40,8%). No tocante ao uso de preservativo, 33,2% relataram que quase sempre o usam. A Tabela 2 apresenta detalhadamente os demais valores e o comportamento do uso do preservativo em diferentes tipos de sexo.

**Tabela 2:** Características de comportamento sexual dos voluntários do estudo. Parnaíba, PI, 2021.

Variáveis	N	%
<b>Orientação sexual</b>		
Heterossexual	216	75,5
Bissexual	38	13,4
Homossexual	29	10,1
Pansexual	2	0,7
Assexual	1	0,3
<b>Vida sexual</b>		
Sim	235	82,2
Não	51	17,8
<b>Tempo de vida sexual</b>		
Menos de 1 ano	38	16,2
Entre 1 e 5 anos	127	54,0
Entre 5 e 10 anos	64	27,2
Mais que 10 anos	6	2,6
<b>Parceiro Fixo*</b>		
Sim	142	49,8
Não	143	50,2
<b>Uso de preservativo</b>		
Quase sempre usa	95	33,2
Sempre usa	70	24,5
Muitas vezes prefere não usar	42	14,7
Não usa	27	9,4
Nenhuma das opções	52	18,2
<b>Uso de preservativo durante sexo vaginal</b>		
Sim	161	56,3
Não	49	17,1
Não pratica	76	26,6
<b>Uso de preservativo durante sexo oral</b>		
Sim	5	1,8
Não	222	77,6
Não pratica	59	20,6
<b>Uso de preservativo durante sexo anal</b>		
Sim	75	26,3
Não	35	12,2
Não pratica	176	61,5
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100</b>

Legenda: N – número de voluntários para cada observação (categoria); \* N = 285. Fonte: Autores.

Ao questionar aos voluntários sobre a prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis nos últimos 12 meses, 33,2% afirmaram apresentar algum tipo de infecção sexualmente transmissível, tendo 3,8% ocorrido durante a pesquisa. Todavia, apenas 14,0% procuraram atendimento de saúde. Dentre os tipos de IST mencionadas, destacam-se candidíase (22,7%), Papilomavírus Humano (HPV) (18,2%), sífilis (15,9%), gonorreia (9,1%), tricomoníase (6,8%), tricomoníase e candidíase (4,5%), clamídia (2,3%), herpes e tricomoníase (2,3%) e, herpes e HPV (2,3%). Ressalta um considerado percentual de voluntários que não sabiam informar o tipo de IST (15,9%). Além disso, 30,9% afirmaram ter a infecção ocorrida durante o período que cursava a universidade.

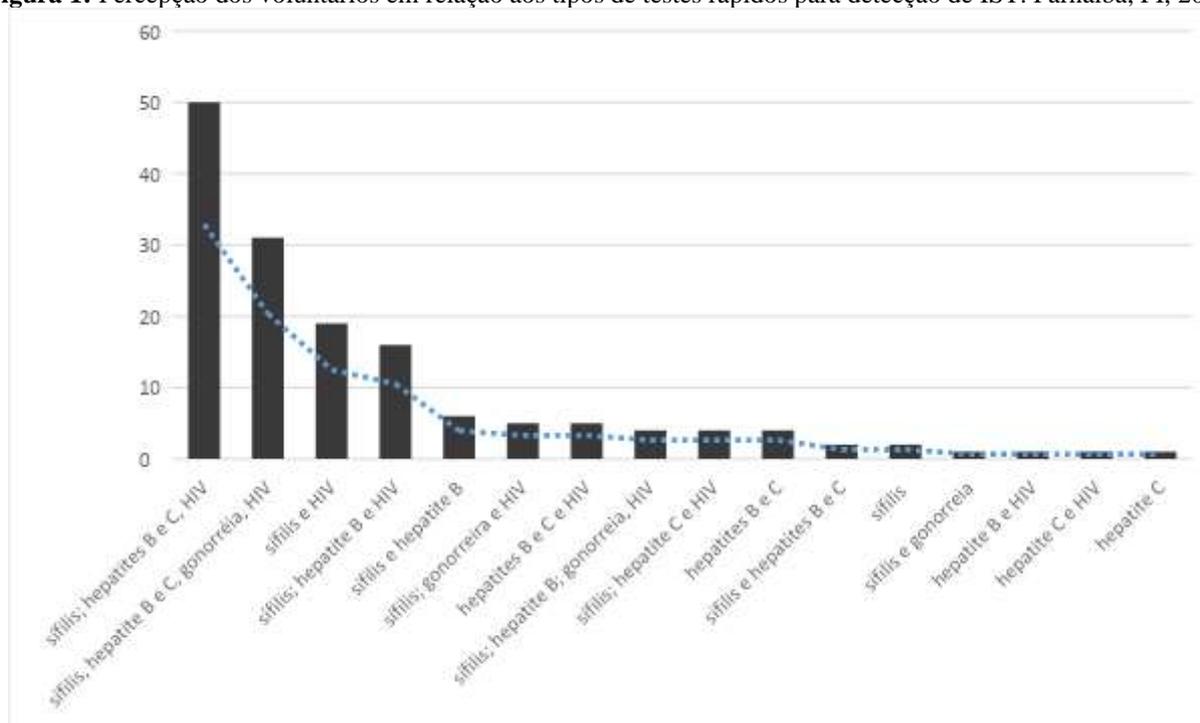
Ao perguntar sobre o seu conhecimento em relação à parceria ter IST nos últimos 12 meses, 53,2% afirmaram que sua parceria não apresentava algum tipo de IST, 40,7% não tinha conhecimento sobre e 6,1% relatou apresentar IST. Dos que apresentaram a infecção sexualmente transmissível, 42,9% faziam algum tratamento.

Em relação ao uso de drogas injetáveis, 99% relataram não fazer uso, enquanto 1% relatou usar ou ter usado em algum momento de sua vida, sendo o compartilhamento de seringa presente em 50%.

Ao questionar sobre educação sexual, 65% referiram algum contato com a temática ao longo de sua vida, seja por parte da escola, dos amigos ou dos familiares. Mesmo havendo, uma grande parcela dos voluntários, contato com educação sexual, esta não foi decisiva na tomada de medidas preventivas contra IST (60,1%), restando uma minoria (39,9%) que se

preocupou em realizar exames ou medidas preventivas no combate à contaminação por vírus sexuais. Contrapondo-se a estes dados, 60,5% afirmaram conhecer os testes rápidos para detecção de alguma IST, sendo os mais prevalentes os testes para sífilis, hepatites B e C, gonorreia, HIV/SIDA, totalizando 65,8%, como mostra a Figura 1. Em relação aos testes rápidos, apenas 32,9% relataram ter feito em algum momento de sua vida, bem como, 23,1% conhecem os Centros de Orientação e Apoio Sorológico (COAS)/ Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA).

**Figura 1:** Percepção dos voluntários em relação aos tipos de testes rápidos para detecção de IST. Parnaíba, PI, 2021.



Legenda: N – número de voluntários para cada observação (categoria); N = 152. Fonte: Autores.

Dentre o grupo que usou preservativo durante o sexo vaginal, 39,8% apresentaram IST. Entretanto, no grupo que não usou preservativo, esta proporção foi de 49,0%. Já no grupo que não praticava atividade sexual a proporção foi de 9,2%. Ao comparar os grupos pelo teste Qui-quadrado, houve diferença estatisticamente significativa ( $p < 0,0001$ ). Quando analisados os voluntários que usaram preservativo durante o sexo anal, 29,3% relataram ter IST, enquanto dos que não usaram 37,1% apresentaram IST e aqueles que não praticavam esta modalidade sexual 34,1% referiram ter IST. Ao inferir pelo teste Qui-quadrado, não houve diferença significativa entre os grupos ( $p = 0,666$ ). Este fato pode estar relacionado ao alto percentual de não praticantes desta modalidade sexual. Em relação aos que usaram preservativo durante o sexo oral, 20,0% referiram ter IST. Já os que não usaram preservativo, a proporção de infectados foi 38,3%, enquanto os não praticantes desta modalidade (15,3%), apresentaram algum tipo de infecção sexualmente transmissível. Ao realizar o teste Qui-quadrado, percebeu-se significância estatística entre os grupos ( $p = 0,003$ ), conforme mostra a Tabela 3.

**Tabela 3:** Prevalência de IST em (não) praticantes de modalidades sexuais e uso de preservativo. Parnaíba, PI, 2021.

Variáveis	IST (N - %)		p valor*
	Não	Sim	
<b>Preservativo durante sexo vaginal</b>			
Sim	97 (60,2%)	64 (39,8%)	
Não	25 (51,0%)	24 (49,0%)	< 0,0001**
Não pratica esta modalidade sexual	69 (90,8%)	7 (9,2%)	
<b>Preservativo durante sexo anal</b>			
Sim	53 (70,7%)	22 (29,3%)	
Não	22 (62,9%)	13 (37,1%)	0,666
Não pratica esta modalidade sexual	116 (65,9%)	60 (34,1%)	
<b>Preservativo durante sexo oral</b>			
Sim	4 (80,0%)	1 (20,0%)	
Não	137 (61,7%)	85 (38,3%)	0,003**
Não pratica esta modalidade sexual	50 (84,7%)	9 (15,3%)	

Legenda: N – número de voluntários para cada observação (categoria); N total = 286; IST – Infecção Sexualmente Transmissível; \* Teste Qui-quadrado; \*\* Houve significância estatística. Fonte: Autores.

#### 4. Discussão

Dado o processo histórico de colonização brasileira, é notório que a emancipação de ensino na colônia foi, também, tardia e burocrática, repleta de desigualdades, principalmente de classe, cor e gênero. Porém, a demanda social por educação, lutas de classe, e a exigência de mão de obra qualificada que o sistema econômico capitalista trouxe ao longo dos anos dos séculos XX e XXI fizeram com que o perfil do universitário passasse por mudanças (Maia et al., 2021).

Hoje, o público universitário é constituído de jovens de classes econômicas variadas, de mais de uma cor e gênero. Tal processo evidencia que a democratização de ensino vem gerando resultados, que também podem estar atrelados ao acesso a níveis anteriores de ensino (Salata, 2018). Outro fato que também parece se associar ao maior número de jovens ingressantes no ensino superior brasileiro oriundos de classes econômicas menos favorecidas são as políticas de assistência estudantil, que muitas vezes aumentam a adesão e permanência destes jovens no ambiente universitário (Sousa & Freitas, 2020).

No que se refere à população que participou do estudo, mostrou-se uma maioria considerável de mulheres, em contraposição aos participantes homens. O público feminino também foi maioria em relação aos casos de infecções sexualmente transmissíveis, representando a maioria do total de indivíduos que já apresentaram algum tipo de IST até a data de realização do estudo. Este número pode estar relacionado ao fato de que, ao viver em uma sociedade patriarcal, muitas mulheres não tenham real noção de suas vulnerabilidades, como mostrou o estudo de Silva *et al.* (2020), no qual 60,5% das mulheres entrevistadas não compreendiam o conceito de vulnerabilidade.

Além de pouco conhecimento acerca de suas vulnerabilidades, muitas mulheres acreditam que o risco de contrair IST se deve aos seus comportamentos sexuais não serem aceitos moralmente, levando a maioria a acreditar que estarão protegidas sob um relacionamento monogâmico (Moura et al., 2021).

No entanto, este tipo de pensamento pode ser um risco à saúde de muitas mulheres que se submetem a ter relações desprotegidas com seus respectivos parceiros acreditando que por estarem em relacionamentos fechados não possuem risco de contrair alguma infecção, pois ninguém possui controle total da vida sexual de outro indivíduo, mesmo este sendo seu parceiro sexual fixo, sob um relacionamento supostamente monogâmico.

Além da necessidade de reconhecer suas vulnerabilidades, os jovens também precisam entender o porquê do uso do preservativo em todas as suas relações, sejam elas oral, anal e vaginal, pois comportamento sexual é um fator muito importante, que influencia diretamente na probabilidade de uma infecção sexualmente transmissível. E, por mais que o uso de preservativo entre jovens seja comum, podendo estar associado ao fato de a maioria não ter parceiro sexual fixo, como suposto por Gutierrez *et al.* (2019), ainda há uma relevante parcela que não o faz, podendo estar perpetuando a disseminação de IST.

Assim como os achados por Graf et al. (2020), em um estudo que buscava verificar a prevalência do comportamento sexual de risco em quase dois mil universitários, no qual 23% tinham dois ou mais parceiros sexuais nos três meses que antecederam a pesquisa, e 45% não usaram preservativo na última relação sexual, que foram os percentuais que mais se aproximaram com os encontrados na presente pesquisa. Souza et al. (2021) enfatiza a vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis em consequência da utilização dos métodos de prevenção, como os preservativos, de forma irregular. Essa prevalência em estudantes de graduação, uma população com alto nível de informação, reforça a ideia de que ter informação é um fator necessário, mas não suficiente para modificar comportamentos (Gräf et al., 2020).

O fato de existir um número relevante de jovens que preferem não usar o preservativo pode estar em alguns casos associado ao pensamento de desconforto na relação (Dala, 2021). O que nos leva a questionar a difusão das políticas de saúde pública entre os jovens, que aparentam não ter conhecimento adequado acerca da real necessidade de uso de preservativos e os riscos que isso pode oferecer, levando ao baixo conhecimento também sobre as IST (Fonte et al., 2018). Isso se torna claro nesta pesquisa, ao comparar o número de jovens que manifestaram algum sintoma de IST mas que não procuraram ajuda em saúde, que foi um número muito abaixo da metade deste grupo.

Este número expressivo de jovens que sentiram desconforto, provável IST, e não procuraram ajuda pode também ser resultado de uma cultura marcada por preconceitos acerca de doenças associadas à prática sexual, principalmente em mulheres, que sempre têm suas vidas sexuais postas em debate, constantemente julgadas. Esta construção negativa do resultado para uma IST pôde ser evidenciado no estudo de Araujo et al. (2021), em que se elencou vários impactos nas vidas de pessoas diagnosticadas com HPV, desde alterações na atividade sexual a emocionais, como tristeza, preocupações e vergonha, por qualquer IST ser popular e erroneamente relacionada à imoralidade e promiscuidade.

A construção do estigma sobre a pessoa com IST é produto de uma sociedade subdesenvolvida, de pouco conhecimento acerca de questões sanitárias e de saúde, não conhecendo riscos nem tratamentos para doenças no geral, principalmente às IST. Porém, isto não é particularmente, culpa desta população, já que é uma questão coletiva e não individual. O poder público, conhecendo a problemática, não cria medidas concisas para combater o silenciamento acerca das IST em jovens, nem mesmo os que ainda estão em níveis de ensino anteriores aos dos universitários, por meio de uma educação sexual emancipatória e de qualidade.

A educação sexual na escola foi inserida no currículo brasileiro a partir da implantação em 1990 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Porém, atualmente, a inserção do tema em todas as disciplinas foi suprimida, ficando as orientações voltadas para um viés biológico. Isso acontece porque há um silenciamento sobre questões de gênero e sexualidade no ambiente educacional brasileiro (Vansuita et al., 2019) em que os profissionais de ensino muitas vezes negligenciam assuntos que são necessários para construção de uma educação sexual que venha a desmistificar concepções equivocadas dentro da sociedade.

Portanto, a falta de conhecimento e baixa adesão das escolas em trabalhar temas como sexualidade e prevenção geram uma maior predisposição de jovens e adolescentes a uma IST. Com isso, gera-se mais estigma e preconceitos em relação a portadores de alguma infecção sexualmente transmissível, fazendo com que esses indivíduos se isolem socialmente e acabem por escolher tratamentos caseiros que podem gerar possíveis complicações (Viçosa et al., 2020).

Arelado à educação sexual existe também a necessidade de informar o público jovem sobre uso de drogas e seus riscos e feitos, pois apesar da quase totalidade dos universitários participantes desta pesquisa relatarem não utilizar drogas injetáveis, autores como Freitas *et al.* (2020), em seus estudos, concluíram que o consumo de drogas lícitas e ilícitas é mais frequente em universitários do que na população em geral. E isto pode ser considerado um fator determinante no risco de exposição à IST, visto que o uso de drogas está associado a uma série de consequências para o estado de saúde de um

indivíduo, já que as drogas lícitas e ilícitas geram uma maior vulnerabilidade ao indivíduo, pois aumentam a possibilidade de comportamentos e atitudes de risco. O uso dessas drogas leva a diminuição da percepção de situações de risco como a incapacidade da negociação do uso de preservativo (Guimarães et al., 2018).

No tocante aos dados acerca de conhecimentos sobre os testes rápidos para IST disponíveis na rede de atenção básica, oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pode-se perceber que apenas uma pequena parcela já os realizaram em algum momento da vida, apresentando o fato de que a maioria dos jovens não possui conhecimento sobre as ferramentas de saúde públicas, como estes testes, que estão à sua disposição. Isto pode ser reflexo do contexto social no qual estão inseridos, levando em consideração suas individualidades, exposições a fatores de risco, e questões de gestão pública em saúde e em educação, como apontam os estudos acerca de educação preventiva para jovens demonstrados por Ayres et al. (2003), nos quais percebe-se que a educação preventiva para jovens pode funcionar de maneira a transformar cada indivíduo educado como multiplicador de conhecimento.

Associado ao fato de que a maioria dos voluntários desta pesquisa não possui muitos conhecimentos sobre ferramentas públicas de saúde, ficou evidenciado que também poucos sabem da existência dos Centros de Orientação e Apoio Sorológico(COAS)/Centros de Testagem e Aconselhamento(CTA), que oferecem tanto testagem para infecções sexualmente transmissíveis quanto tratamento e acompanhamento com equipe interprofissional, sendo o COAS/CTA de Parnaíba um dispositivo que atende às populações da Planície Litorânea e Cocais (Beltrão, 2019).

Ainda, os estudos de Ayres *et al.* (2003) e Machado (2018) expõem de forma prática a vulnerabilidade conceituada pelos autores em três pilares, na qual há a vulnerabilidade individual, que é associada a fatores cognitivos-comportamentais, a vulnerabilidade programática e/ou institucional associa-se ao acesso à informação, de maneira educacional e por serviços de saúde, e a vulnerabilidade social, ligada a contextos sociais tais como estratégias de saúde, fatores culturais, de gênero, religiosidade, raciais, etc. Tais conceitos demonstram como a sociedade está sistematicamente suscetível ao contato com IST, seja por questões individuais, falta de informação, acesso a dispositivos de saúde ou tudo isso junto, corroborando com a manutenção ou aumento dos casos de infecções sexualmente transmissíveis e, claro, com a reverberação de conceitos errôneos sobre pessoas que as têm, perpetuando o estigma sobre este público.

### **Limitação do estudo**

As limitações do estudo compreendem a utilização de informações retrospectivas, possível viés de memória, além do período da pandemia e *lockdown*.

## **5. Conclusão**

Os resultados encontrados neste estudo apontam uma moderada prevalência de IST na população jovem em estudo, bem como, apontam para uma proteção àqueles que fazem uso de preservativo durante o sexo vaginal e oral. Dentre as IST mais comuns pode-se destacar a candidíase, HPV, sífilis e gonorreia. Apesar do expressivo conhecimento acerca dos testes rápidos e de educação sexual, os voluntários não fazem as devidas prevenções e exames necessários de detecção, o que mostra a necessidade de políticas públicas com estratégias mais eficazes voltadas a este público, fazendo-os compreender suas vulnerabilidades, direitos e seus papéis como multiplicadores na formação de uma sociedade cada vez mais consciente, contribuindo como um avanço para a saúde pública.

Por fim, há necessidade da realização de estudos longitudinais que possam analisar os reais fatores que influenciam no surgimento de IST na população brasileira, bem como, apresentar outras variáveis, mais profundas, existentes nas vidas de

jovens universitários que possam vir a gerar comportamentos de risco, contribuindo de maneira a mapear estes fatores para que, a partir dos resultados, sejam criadas medidas de prevenção e estratégias mais concisas.

## Referências

- Araújo, L. N. C. C. de, Sousa, A. dos R., Tenório, E. N., Peixoto, K. A., Reis, S. O., Gashti, S. M., Oliveira, T. R. de, & Barros, G. G. de F. (2021). Impactos biopsicossociais do diagnóstico positivo de HPV nos portadores. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(5), e7358. <https://doi.org/10.25248/reas.e7358.2021>
- Ayres, J. R. de C. M., Freitas, A. C., Santos, M. A. S. dos, Saletti Filho, H. C., & França Júnior, I. (2003). Adolescência e aids: avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 123–138. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832003000100009>
- Beltrão, R. P. L. (2019). *A assistência de saúde às pessoas vivendo com HIV/AIDS acompanhadas pelo COAS-CTA do município de Parnaíba-PI*. Universidade Federal do Piauí.
- Brasil. (2006). *Programa Nacional de DST e Aids. Manual de Bolso das Doenças Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids* (S. de V. em Saúde (ed.)). Ministério da Saúde.
- Brasil. (2015). *Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva [recurso eletrônico]* (Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (ed.)). Ministério da Saúde.
- Brasil. (2018). *Baixa ocupação de vagas remanescentes inspira nova política do MEC para as federais*. Ministério da Educação.
- Dala, B. A. P. (2021). Representações sociais de adolescentes e jovens acerca da relação sexual e do uso do preservativo. *Sapientiae*, 6(2), 196–208. <https://doi.org/10.37293/sapientiae62.06>
- Fonte, V. R. F. da, Spindola, T., Francisco, M. T. R., Sodré, C. P., André, N. L. N. de O., & Pinheiro, C. D. P. (2018). Young university students and the knowledge about sexually transmitted infections. *Escola Anna Nery*, 22(2). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0318>
- Freitas, C. B. de, Veloso, T. C. P., Segundo, L. P. da S., Sousa, F. P. G. de, Galvão, B. S., & Paixão, P. A. R. (2020). Consumo de drogas lícitas e ilícitas por estudantes universitários. *Research, Society and Development*, 9(4), e189943016. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.3016>
- Furlani, J. (2017). *Educação sexual na sala de aula - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças (2ª)*. Autêntica.
- Gräf, D. D., Mesenburg, M. A., & Fassa, A. G. (2020). Risky sexual behavior and associated factors in undergraduate students in a city in Southern Brazil. *Revista de Saúde Pública*, 54, 41. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001709>
- Guimarães, R. A., Souza, M. M. de, Caetano, K. A. A., Teles, S. A., & Matos, M. A. de. (2018). Use of illicit drugs by adolescents and young adults of an urban settlement in Brazil. *Revista Da Associação Médica Brasileira*, 64(2), 114–118. <https://doi.org/10.1590/1806-9282.64.02.114>
- Gutierrez, E. B., Pinto, V. M., Basso, C. R., Spiassi, A. L., Lopes, M. E. de B. R., & Barros, C. R. dos S. (2019). Fatores associados ao uso de preservativo em jovens - inquérito de base populacional. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190034>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Produto Interno Bruto de Parnaíba*. IBGE.
- Machado, M. F. (2018). *Prevenção do HIV/AIDS no Delta do Parnaíba: diálogos sobre estratégias de governamentalidade, biopolítica e juvenilização*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Maia, G. L., Araújo, R. A. P. de, & Oliveira, I. D. (2021). Trajetória da população universitária brasileira. *Revista de Direito*, 13(02), 01–22. <https://doi.org/10.32361/2021130211149>
- Miranda, P. S. F., Aquino, J. M. G., Monteiro, R. M. P. de C., Dixe, M. dos A. C. R., Luz, A. M. B. da, & Moleiro, P. (2018). Sexual behaviors: study in the youth. *Einstein (São Paulo)*, 16(3). <https://doi.org/10.1590/s1679-45082018ao4265>
- Moura, S. L. O., Silva, M. A. M. da, Moreira, A. C. A., Freitas, C. A. S. L., & Pinheiro, A. K. B. (2021). Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Escola Anna Nery*, 25(1). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0325>
- OMS. (2016). *Estimativas Globais e Regionais da Prevalência e Incidência de Quatro Infecções Sexualmente Transmissíveis Curáveis em 2016*. Organização Mundial de Saúde.
- Pereira, A., Shitsuka, D., Parreira, F., & Shitsuka, R. (2018). Método Qualitativo, Quantitativo ou Quali-Quantitativo. In *Metodologia da Pesquisa Científica* (1ª). UFMS - Universidade Federal de Santa Maria. [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1). Acesso em: 28 março 2020.
- Provdanov, C. C., & Freitas, E. C. De. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. In *Novo Hamburgo: Feevale* (2ª). Feevale. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Salata, A. (2018). Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, 30(2), 219–253.
- Silva, S. P. C. e, Rocha, T. A., Pereira, P. J., Martins, V. H. da S., Cardoso, A. de M., & Guisande, T. C. C. A. (2020). Vulnerabilidade para IST/HIV/AIDS: conhecimentos, atitudes e práticas de adolescentes. *Research, Society and Development*, 9(12), e3391210647. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10647>
- Soares, L. R., Cabero, F. V., Souto, T. G., Coelho, R. F. de S., Lacerda, L. C. M., & Matão, M. E. L. (2015). Avaliação do comportamento sexual entre jovens

e adolescentes de escolas públicas. *Adolescência & Saúde*, 12(2), 76–84.

Sousa, M. L. De, & Freitas, I. C. M. De. (2020). Políticas de Assistência Estudantil e Programa de bolsas como mecanismos de incentivo à Permanência de jovens de baixa renda na Universidade. *Revista Homen, Espaço e Tempo*, 14(2), 100–124. <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/451>

Souza, A. T. da S., Freitas, F. R. N., Silva, M. F. G., Sousa, M. da C. P. de, Pereira, M. dos S., Nascimento, S. B. do, Barros, D. F. de, Freitas, D. J. N., Fortes Júnior, E. J., Alves, M. C. S., Santos, N. D. de S., Almeida, R. C. P. de, Oliveira, D. M. de M., Silva, A. J. S. da, & Pedrosa, J. I. dos S. (2021). Vulnerabilidades de adolescentes às infecções sexualmente transmissíveis: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 10(1), e59910111867. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11867>

Vansuita, G. V., Serigheli, L. F. C., Tavares, B., & Freitas, R. H. A. (2019). O Silenciamento Da Educação Sexual. *XXII SULPET*, 119–122.

Viçosa, C. S. C. L., Santana, E. B., Viçosa, D. L., Lima, Q. C. E., D'Andrea, A. M., Salgueiro, A. C. F., & Folmer, V. (2020). Saúde do adolescente e educação sexual na escola: leituras a partir das perspectivas dos estudantes. *Research, Society and Development*, 9(6), e197963613. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3613>